

Moção

Um país sem educação é um país sem futuro

Em 2015, o movimento associativo nacional decidiu apresentar um conjunto de reivindicações sufragadas por todas as Associações Académicas e de Estudantes em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, onde constavam posições políticas sobre as diversas problemáticas do sistema de Ensino Superior português, nomeadamente, no que diz respeito ao abandono escolar, à ação social, ao financiamento e à rede de Ensino Superior. Procurou-se, desta forma, contribuir de forma construtiva para a resolução dos problemas com que todos os estudantes se deparam e com que, infelizmente, se continuam a deparar.

Passados quase três anos, e analisando o panorama do Ensino Superior atual, constata-se que as diferenças são praticamente nulas e que os sucessivos grupos de trabalho criados pela tutela atingem sempre o mesmo resultado: a falta de conteúdo e de desenvolvimento. Aliás, a estratégia governamental e a postura adotada pelo Ministério no que diz respeito ao Ensino Superior tem sido uma desilusão para os estudantes que vêem as suas expectativas, criadas pelos compromissos assumidos nas eleições legislativas em 2015, completamente defraudadas, sendo que a Ciência e a Tecnologia são as únicas áreas que são priorizadas por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, embora esta última venha a ser negligenciada há dois anos.

Nos últimos dois anos, a atuação do Ministério, no plano do Ensino Superior, resume-se à eliminação do Programa Retomar e a uma fraca revisão do RABEEES – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, apesar da expectativa colocada na priorização das questões da integração académica.

No final do ano de 2017, e demonstrando mais uma vez a falta de consideração e respeito para com os estudantes do Ensino Superior, a Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) solicitou aos Serviços de Ação Social o comprovativo de pagamento das prestações referentes ao alojamento dos estudantes que usufruem das residências dos Serviços de Ação Social. Este pedido surgiu num *timing* desajustado – a poucos dias do término do ano civil e do término do prazo - e com uma falta de sensibilidade incompreensível num Estado de Direito, enquadrando-se na quadra natalícia e épocas de avaliação para a maior parte dos estudantes. Nesta solicitação por parte da DGES, constavam ainda medidas a serem aplicadas aos estudantes que não cumprissem com o exigido, entre as quais se destacam a retificação do complemento do alojamento para zero euros; correção e ajuste do valor devido no valor da Bolsa de Estudos.

Não tendo esta medida qualquer enquadramento legal, uma vez que, este comprovativo de pagamento só poderá ser exigido aos estudantes que não se encontram nas residências dos Serviços de Ação Social, e que recebem o complemento de alojamento (Art. 19º, ponto 2 - Despacho no 5404/2017, de 21 de junho, e que republica o RABEEES). Desta forma, não é por isso admissível a exigência do mesmo, dado que o estudante que habita nas residências dos Serviços de Ação Social está dispensado de tal apresentação periódica (tal como sucedido em anos letivos anteriores). Esta medida revela apenas a falta de orientação de um Ministério que se encontra distante da realidade que os estudantes vivem diariamente, bem como a falta de abertura para ouvir os legítimos representantes da comunidade estudantil.

Para agravar o desrespeito para com os estudantes do Ensino Superior, assinala-se ainda o não pagamento até ao final do ano de 2017 dos retroativos das Bolsas de Estudo aos estudantes bolseiros e com os atrasos no calendário do pagamento da Bolsa de Estudo, como previsto e publicado pelo Diretor Geral do Ensino Superior e na legislação que se encontra em vigor, falha que o movimento

associativo nacional regista com grande preocupação pela importância que este apoio social tem no orçamento dos estudantes.

Assim, as Federações e Associações Académicas e de Estudantes reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, nos dias 3 e 4 de março, na Covilhã, vêm por este meio:

1. Criticar a falta de visão e de estratégia governamental para o Ensino Superior português;
2. Lamentar a ausência de resposta à Carta Aberta dirigida ao Senhor Ministro por parte de Federações e Associações Académicas, revelando claramente a falta de consideração para com os estudantes e o desprezo pelos seus legítimos representantes;
3. Exigir que se honrem os compromissos assumidos juntos das Instituições de Ensino Superior e dos estudantes sendo que o diálogo entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não deverá fluir apenas num sentido.

Um país sem educação é um país sem futuro e, por isso, o Senhor Ministro deverá preocupar-se com o futuro do Ensino Superior e conseqüentemente, com o futuro de Portugal.

Covilhã, 3 e 4 de março de 2018

Proponentes: AAL; FAP; FNAEESP

Destinatários: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Com conhecimento: Presidência da República Portuguesa; Primeiro-Ministro da República Portuguesa; Grupos Parlamentares da República Portuguesa; Diretor Geral do Ensino Superior